

ANÁLISE DESCRITIVA DOS ASPECTOS LINGUÍSTICOS QUE PREJUDICAM A INTERCOMPREENSÃO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS DA UNILAB NO GÊNERO COMENTÁRIO

DESCRIPTIVE ANALYSIS OF THE LINGUISTIC ASPECTS THAT UNDERMINE THE INTERCOMPREHENSION OF FOREIGN STUDENTS OF THE UNILAB ON TEXT OF GENRE COMMENT

Cláudia Ramos Carioca*

RESUMO

A maioria dos estudantes oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) e do Timor-Leste tem muita dificuldade no processo da intercompreensão, pois, apesar de ser a língua oficial de seus países, o português não é a sua língua materna. Assim, o problema a ser abordado é “Quais fatores linguísticos prejudicam a intercompreensão dos estudantes africanos e timorenses no âmbito da UNILAB?”, tendo em vista que eles possuem muita dificuldade em se comunicar por causa do modelo de ensino do português adotado em cada país, que geralmente só é falado dentro da sala de aula. Dessa forma, esta proposta objetiva analisar os aspectos linguísticos que prejudicam a intercompreensão dos alunos estrangeiros da UNILAB de modo a possibilitar a análise descritiva, sob o panorama dos aspectos morfossintáticos, semântico-pragmáticos e discursivos da língua portuguesa, numa visão sociolinguística e discursiva, visando a uma discussão da política linguística para o português. A abordagem teórica está fundamentada nas pesquisas de Calvet (2007), Orlandi (2007), Cahen (2010) e Neves (2012), dentre outros, que nos fazem refletir sobre o estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona. Os dados foram coletados a partir da análise linguístico-discursiva dos comentários escritos de vinte e três estudantes guineenses, constituídos a partir do *corpus* do grupo de pesquisa Interlusofonia.

Palavras-chave: intercompreensão; língua portuguesa; política linguística.

* Professora adjunta de língua portuguesa e linguística do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e líder do grupo de pesquisa Interação e Diversidade Discursiva na Lusofonia (Interlusofonia).

ABSTRACT

Most students from the Portuguese-speaking African countries (PALOP) and East Timor have great difficulty in the mutual understanding process because, despite being the official language of their country, the Portuguese is not their mother tongue. Thus, the problem to be addressed is “What linguistic factors undermine the mutual understanding of African and East Timorese students under UNILAB?”, Given that they have great difficulty in communicating because of the Portuguese education model adopted in each country, which is usually only spoken in the classroom. Thus, this proposal aims to examine the linguistic aspects that undermine mutual understanding of foreign students UNILAB to enable the descriptive analysis under the panorama of morphosyntactic aspects, semantic-pragmatic and discourse of the Portuguese language, a sociolinguistic and discursive vision, aiming a discussion of language policy for the Portuguese. The theoretical approach is based on research Calvet (2007), Orlandi (2007), Cahen (2010) and Neves (2012), among others, that make us reflect on the status of the Portuguese language in the Portuguese-speaking community and the data were collected from the linguistic-discursive analysis of the reviews written twenty three Guinean students, made from the Interlusofonia research group corpus.

Keywords: *Intercompreension; Portuguese language; Language policy.*

INTRODUÇÃO

Na linha de pesquisa sobre políticas linguísticas, o presente estudo objetiva analisar os aspectos semântico-pragmáticos da língua portuguesa que prejudicam a intercompreensão dos alunos estrangeiros da UNILAB, numa acepção sociolinguística e discursiva, visando a uma discussão da política linguística para o português.

Todos os anos, o Brasil recebe estudantes oriundos dos países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – e do Timor-Leste para estudar em suas universidades públicas e particulares.

Entre todas as universidades, a que recebe o maior número de estudantes é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tendo em vista que o objetivo de sua criação foi exatamente esse, como consta em suas diretrizes:

A universidade tem por objetivo promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária. Busca tornar-se, portanto, um novo centro de referência e integração destes países por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010, p. 10).

Vocacionada, portanto, para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a UNILAB fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal,**

São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Seus cursos e ações têm foco preferencial em áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos demais países parceiros, reunindo estudantes e professores brasileiros e estrangeiros e contribuindo para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades.

É fato que o manejo da língua portuguesa em todo o espaço lusófono é manifesto de forma variada, já que nem sempre o português é a língua materna da comunidade e isso influencia no processo de intercompreensão. Como exemplo dessa realidade, citamos o que ocorre em Guiné-Bissau:

Hoje, em Guiné-Bissau, a situação linguística projeta-se numa dupla intersecção diglósica, ou diglossias sobrepostas, quando se relaciona o crioulo guineense (*kriol*) e as línguas africanas do país (provenientes da família das línguas nígero-congolesas) ou o português e o crioulo referido (PEIXOTO; CARIOCA, 2012, p. 443).

Ou ainda o que ocorre em Timor-Leste:

No âmbito linguístico, tem como línguas oficiais o Português e o Tétum, contudo existem mais quinze línguas nacionais: ataurense, baiqueno, becais, búnaque, cauaimina, fataluco, galóli, habo, idalaca, lovaia, macalero, macassai, mambai, quémaque e tocodede. Além das línguas nacionais citadas, o Timor-Leste possui o inglês e o indonésio como línguas de trabalho. Este plurilinguismo é resultante das colonizações ocorridas, pois, além da colonização portuguesa que durou cerca de quatro séculos, houve posteriormente a invasão da Indonésia em 1975 que ocupou e oprimiu o território timorense, o que aumentou os anos de colônia em 24 anos (CARIOCA, 2014, p. 1).

Assim, a UNILAB abriga um contexto linguístico plural e único dentro do território brasileiro, pois a universidade tem como meta manter em seu quadro discente 50% de estudantes estrangeiros.

Ocorre que, após cinco anos de implantação da universidade, esse contexto plurilinguístico tem deflagrado uma séria dificuldade da maioria dos estudantes estrangeiros por causa do processo de intercompreensão que não se realiza, o que é verificado no baixo rendimento acadêmico e em conversas com docentes que revelam a dificuldade dos alunos na interação e compreensão linguística intraclasse.

A abordagem teórica está fundamentada nas pesquisas de Calvet (2007), Orlandi (2007), Cahen (2010) e Neves (2012), entre outros, que nos fazem refletir sobre o estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona; como também as pesquisas de Couto (1990), Cabral (1990), Intumbo (2004, 2008), Candé (2008), Embaló (2008), Couto e Embaló (2010), dentre outros, que nos possibilitam delinear os contornos linguísticos da República da Guiné-Bissau.

A metodologia adotada neste artigo consistiu de duas etapas: a primeira diz respeito ao levantamento bibliográfico acerca do estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona e do estatuto linguístico de Guiné-Bissau, tendo como foco a situação de oficialidade da língua portuguesa neste país; a segunda apresenta uma análise linguístico-discursiva de comentários escritos de vinte e três estudantes guineenses, constituídos a partir do *corpus* do Grupo de Pesquisa Interação e Diversidade Discursiva na Lusofonia (INTERLUSOFONIA)¹ para a observação dos aspectos semântico-pragmáticos que prejudicam o processo de intercompreensão, focalizando-se o adequado uso de quatro elementos: gênero textual, proposta, coesão e coerência.

¹ Vide www.interlusofonia.unilab.edu.br.

A obtenção do material escrito que foi analisado deu-se junto aos alunos guineenses que estavam com menos de seis meses no Brasil e participavam da disciplina Leitura e Produção de Texto, na qual o modelo didático de análise de gêneros textuais e a sequência didática para a produção escrita fundamentavam-se nas propostas teóricas de: a) transposição didática, pela qual os gêneros discursivos são tomados como instrumentos de mediação entre as práticas sociais e os objetos escolares (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004); b) no conceito de gênero discursivo pelo viés da abordagem enunciativo-discursiva de linguagem (BAKHTIN, 2003); e c) no conceito de organização retórica de gêneros (SWALES, 2009). Também foi abordado na disciplina o conhecimento necessário para a produção textual especificado por Lopes-Rossi (2012, p. 232) ao afirmar que:

Para realizar uma dessas tarefas de redação, é necessário o conhecimento: a) do assunto sobre o qual se vai escrever; b) da organização textual do tipo de texto exigido; c) de aspectos linguísticos decorrentes de escolha lexical, tais como predominância em cada tipo de texto de determinados verbos (de ação, de ligação), de tempos verbais (presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito), de classes de palavras (substantivos, adjetivos); d) de aspectos linguísticos referentes ao nível microestrutural, basicamente pontuação, concordância nominal e verbal, crase, regência nominal e verbal, elementos de coesão textual. Os aspectos referentes à organização textual e escolhas lexicais determinam as diferenças entre os quatro tipos de texto; os demais aspectos linguísticos são básicos para a produção escrita de qualquer tipo textual.

Munidos desse entendimento, foi solicitado aos alunos guineenses que fizessem um comentário sobre os critérios de textualidade, inserindo cinco citações do texto de Marcuschi (2008, p. 93-133).

O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA COMUNIDADE LUSÓFONA

Uma problemática que circunscreve o uso da língua portuguesa é a dificuldade de intercompreensão no processo comunicativo dentro da comunidade lusófona. O fato é que o estatuto da língua portuguesa em cada país ou região que faz parte da sociedade lusófona é diferenciado por conta das políticas linguísticas de difusão do português.

Ao apresentar seu conceito de política linguística, Calvet (2007, p. 11) primeiro define a linguística como o estudo das comunidades humanas através da língua, argumentando que “são as línguas que existem para servir aos homens e não os homens para servir às línguas”,² e afirma que não há nenhuma novidade na intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas. Entretanto, explicita o que é recente: “a relação entre a política linguística (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o planejamento linguístico (sua implementação)”.

Outro conceito importante para este estudo é o de diglossia apresentado por Calvet (2007, p. 38-40) a partir das pesquisas de Fishman em 1967, considerando que “há diglossia cada vez que se manifesta uma repartição funcional de usos entre duas línguas ou entre duas formas de uma mesma língua”, embora, com base no trabalho de Ferguson (1991, apud CALVET, 2007, p. 40), também haja uma classificação entre os usos dessas línguas ou formas.

Assim, pode-se considerar que o português europeu e o português brasileiro são duas formas da mesma língua portuguesa e que são constituintes da comunidade lusófona.

² Palavras do prefácio escrito por Gilvan Muller de Oliveira (p. 9).

Vale ressaltar que o conceito de lusofonia é alvo de inúmeras discussões quanto ao seu *status* de “instrumento nas mãos do colonizador”, como o apresentado por Orlandi (2007, p. 18), quando define que a lusofonia:

Seria o sintoma de uma história de dominação que encontrou suas resistências e que hoje se apresenta em um quadro absolutamente diferente do que se deu no período colonial. A noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização. [...] Não há uma unidade que se possa chamar de lusofonia. Ela pode ser o pretexto para nos compreendermos em nossas especificidades.

Ou ainda o conceito discutido por Cahen (2010, p. 1):

A “identidade superficial” que é a lusofonia é típica de situações fluidas que alguns qualificam de pós-modernas. Existe de fato, mas de modo relativo e contextual, atravessado pela persistência da história (Carvalho, 2004) dos espaços heterogêneos nos quais ela perdura. Não poderia ser “reificada” em uma comunidade humana unificada.

Os dois conceitos explicitam uma relação antagônica histórica entre dominador e dominado que não é relevante para este artigo. Assim, o conceito de lusofonia considerado aqui está diretamente relacionado ao uso efetivo da língua portuguesa como instrumento de comunicação entre indivíduos (seja ela língua materna, língua segunda, língua estrangeira, língua adicional, língua de herança etc.) em qualquer lugar do mundo (seja nos lugares que tem o português como língua oficial ou comunidades específicas que o usam para comunicação interna).

O estatuto da língua portuguesa em cada um desses espaços vem crescendo em consonância com a projeção que esses lugares adquirem no cenário internacional. Uma estratégia para sistematizar esse estatuto foi o *Acordo Ortográfico* promovido pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2009, sobre o qual Neves (2012, p. 266) expressa que:

[...] Fica claro que o *Acordo* faz sentido e tem significado. Invoque-se a existência de um momento histórico de “ampliação do universo de língua oficial portuguesa para um bloco de novas nações independentes, cujo destino no concerto das nações está por definir-se, mas que representam um contingente apesar na avaliação da lusofonia” (NEVES, 2009a). Também chama a atenção o significado que essa fixação ortográfica explicitamente nomeada “Acordo” terá, no sentido da garantia que dá de que documentos e registros possam ser oficialmente catalogados, na comunidade internacional, como material escrito “em língua portuguesa”, sem catalogação adicional referente a nenhuma nação particular cuja lei balize os registros gráficos adotados.

Outra consideração relevante acerca desse estatuto é o fato de que a língua portuguesa não é “única”, assim como chama a atenção o argumento de que, “no Brasil, onde a ideologia da ‘língua única’, desde tempos coloniais, tem camuflado a realidade plurilíngue do país, parecia haver pouco lugar para as questões empíricas e teóricas levantadas pelos estudiosos das políticas linguísticas” (OLIVEIRA, 2007, p. 7), demonstrando a coexistência do português com outras línguas e/ou variantes.

Acerca disso é interessante o comentário feito por Mateus (2009, p. 5):

A presença do português nos países multilíngues tem funções de extrema importância sociocultural, e não se restringe à capacidade de os falantes de línguas nacionais comunicarem com os países estrangeiros. Na realidade, a língua portuguesa é seguramente, nesses cenários, um enriquecimento dos falantes por ficarem a conhecer uma língua além da sua própria. Além disso, o português pode instituir-se como uma ponte entre culturas e línguas, estatuto que só se consegue se os países que partilham a mesma língua, quer como materna quer como veicular, trabalharem em conjunto.

Em vista disso, o estatuto da língua portuguesa na comunidade lusófona deve ser viabilizado considerando os mesmos aspectos já descritos no *Requerimento dos Linguistas ao Senado da República* brasileira, propondo-se que:

[...] Essa nova política deverá, entre outros aspectos:

- Reconhecer o caráter multilíngue do País e, ao mesmo tempo, a grande e rica diversidade da língua portuguesa que aqui se fala e se escreve;
 - Promover um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social entre nós; [...]
- (SOARES; PAIVA; INDURSKY, 2001, p. 187).

Com base no que foi exposto até aqui, fica claro que se deve considerar as particularidades pertinentes a cada país ou comunidade no contexto lusófono, tendo em vista que tais particularidades refletirão no estatuto do português e nas políticas de difusão dessa língua em cada lugar.

O QUADRO SOCIOLINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU

A partir dos estudos de Couto (1990) e Cabral (1990), Intumbo (2004, 2008), Candé (2008), Embaló (2008), Couto e Embaló (2010), são delineados os contornos linguísticos da República da Guiné-Bissau, um país da costa ocidental da África que adotou o português como a sua língua oficial.

Experimentando seus quarenta anos de uma independência bem conflituosa e em constante estado de guerra civil, a Guiné-Bissau vivencia uma divisão linguística bem característica de sua composição étnica: cerca de 30 línguas e dialetos de diversos povos africanos que convivem num território um pouco menor que o estado do Rio de Janeiro. Sobre isso, há o esclarecimento de que:

As migrações internas por razões económicas e em consequência da colonização bem como a geografia do país também contribuíram para a parcelação étnico-linguística do país. Em média, por cada 40/50 km de estrada, atravessamos um rio e entramos num território linguístico ou dialectal diferente (INTUMBO, 2008, p. 1).

Hoje, conforme citado anteriormente, em Guiné-Bissau, a situação linguística projeta-se numa dupla intersecção diglósica, ou diglossias sobrepostas, quando se relaciona o crioulo guineense (*kriol*) e as línguas africanas do país (provenientes da família das línguas nígero-congolesas) ou o português e o crioulo referido, como na figura a seguir:

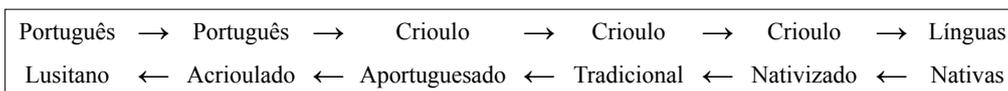


Figura 1 - Relação interlinguística na Guiné-Bissau.
Fonte: COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 31.

Tal situação advém de um contexto sócio-histórico de colonização no século XIX, no qual Portugal não se fixou na região guineense e, por isso, a língua portuguesa não conseguiu sua implementação no país. Aliado a isso, havia a necessidade de comunicação com os aborígenes, o que provocou a mistura entre as línguas (as línguas africanas com o português) e o surgimento de um crioulo de base lexical portuguesa: o crioulo da Guiné-Bissau. Quando Portugal resolveu sua fixação no território da costa guineense somente no século seguinte, já se havia instalado e evoluído o processo linguístico de criouliização.

Outro fator que colaborou para a expansão do crioulo foi a disputa pela independência do país no período de 1963 a 1974, pois considerava-se a língua portuguesa como a língua do inimigo-colonizador, ao mesmo tempo em que o uso concomitante de várias línguas nativas não dava conta de um relacionamento comunicativo que envolvesse a nação em sua totalidade. Assim, o crioulo passa a ter esse papel intercessor, nem é a língua do invasor nem a língua de apenas uma etnia.

O prestígio linguístico de cada uma dessas línguas (português, crioulo, línguas africanas) se dá na proporção em que são adquiridas e assimiladas, fazendo parte da competência textual do indivíduo como língua veicular, língua materna ou segunda língua.

O domínio social das línguas africanas acontece por meio do nascimento dos guineenses em comunidades rurais ou em famílias que as utilizam como meio de comunicação, servindo como instrumento mediador entre as relações sociais vigentes (com familiares, com vizinhos, com amigos, nas cerimônias – casamentos, funerais, festas folclóricas –, na religião etc.), “através das quais se transmitem os conhecimentos ancestrais, as tradições e a identidade comunitária” (EMBALÓ, 2008, p. 102).

Já o domínio social do crioulo, como referido anteriormente, acontece pelo seu *status* de conduzir a unidade linguística nacional, sendo considerada a verdadeira língua franca do país. Nas comunidades urbanas, quando o indivíduo não o tem como língua materna, é adquirido muito cedo, o que ocorre muitas vezes concomitantemente com uma língua nativa. Seu uso no comércio, nos serviços públicos, na literatura informal, nas composições musicais, no Parlamento, no discurso político, na televisão, no rádio etc., colabora para a continuidade desse *status*.

No caso do domínio social da língua portuguesa, que vem desde a dominação colonial, visto que era a língua usada na escola, nas instituições administrativas e na imprensa, observa-se que seu uso promove uma estratificação social, por isso Intumbo afirma que é:

Tida como a língua das elites e associada ao prestígio, a pessoas com um certo grau de escolaridade ou que vivem/viveram no exterior, principalmente em Portugal, ou ainda àquelas que convivem/conviveram de perto com os portugueses” (INTUMBO, 2008, p. 4).

O fato é que, apesar de não falarem o português, os guineenses falantes do crioulo, conseguem compreender e até mesmo podem se comunicar com os portugueses e com os guineenses que têm o português como língua materna. O estudo feito por Djaló (1987) apresentou um percentual de uso das línguas mais faladas pela sociedade guineense, considerando-se que todos os grupos étnicos possuem a sua própria realidade linguística. A estatística mostrou que:

Entre as línguas mais faladas destacam-se o crioulo (44%), balanta (25%), fula (20%), português (11%), mandinga (10%), manjaca (8%). Estima-se que cerca de 30% da população seja bilíngue e 12% trilingue. De entre os bilíngues, 26% falam o crioulo mais uma outra LN. O número da população bilíngue do crioulo-português é de 2% e só 1,9% da população fala duas LN fora do crioulo e do português. De entre os monolíngues, cerca de 17% são falantes do fula, 15% do balanta, 7% do mandinga, 5% do manjaco, 4% do crioulo e 0,3% do português. O total dos monolíngues, excluindo os do crioulo, é 44%, percentagem igual à da população falante do crioulo (DJALÓ, 1987, p. 106-107).

Fica claro, então, que a República da Guiné-Bissau é um país multilíngue, mas com níveis de uso bastante diversificados, tendo em vista que as línguas nativas não dispõem de uma codificação, permanecendo em sua modalidade oral. O mesmo ocorre com o crioulo guineense, que, “apesar da sua expansão e do seu papel na comunicação oral, o crioulo ainda não tem uma grafia normativa, existindo apenas algumas propostas apresentadas” (CANDÉ, 2008, p. 18).

O progresso de uma nação tem uma associação estreita com a forma como o país se relaciona com outros países e como veicula seu próprio conhecimento através da escrita. Assim sendo, na Guiné-Bissau fez-se o aproveitamento da herança linguística escrita deixada pelos portugueses, tornando oficial a língua que já tem um intenso aspecto de planificação quando envolve a comunicação internacional, já que é falada por quase 273 milhões de pessoas. Por isso, Amílcar Cabral, mentor da independência de Guiné-Bissau, afirmou que “o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é mais nada, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo” (CABRAL, 1990, p. 59).

Dos cinco países que constituem os PALOPs, é na Guiné-Bissau que o português tem maior dificuldade de desenvolvimento, devido às circunstâncias atuais que não favorecem o apoio ao ensino dessa língua e à existência de projetos para o ensino formal do crioulo nas escolas, como também à manutenção das línguas nativas que se encontram fortemente arraigadas nas comunidades de maior estabilidade das etnias. Entretanto, contrariando tudo isso, é a língua portuguesa a língua oficial da república guineense, assumindo o estatuto de língua veiculadora da administração, da justiça, da legislação, da comunicação com outros países e da educação.

ASPECTOS SEMÂNTICO-PRAGMÁTICOS QUE PREJUDICAM O PROCESSO DE INTERCOMPREENSÃO

Com base no *corpus* composto por 23 comentários escritos, a observação dos aspectos semântico-pragmáticos que prejudicam o processo de intercompreensão nesta pesquisa foi delimitada pelo adequado uso de quatro elementos: gênero textual, proposta, coesão e coerência; resultando na figura a seguir.

No que diz respeito ao aspecto de adequação ao gênero, apenas três estudantes produziram o gênero textual comentário observando a estrutura de introdução, desenvolvimento e conclusão pertinente à sequência dissertativo-argumentativa, mas ainda com certa dificuldade; oito deles mesclaram suas produções com a predominância da descrição em forma de resumo; e o restante não conseguiu produzir o gênero solicitado, como no exemplo 1³ do texto 8 a seguir, no qual o

³ Transcrição *ipse litteris* de parte do texto 8:

1) Um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com participação do seu leitor ou ouvinte. De acordo com o MARCUSCHI (2008, PP.93-133). Na produção do texto, não entram apenas fenômenos estritamente linguístico.

	Adequação ao gênero	Adequação à proposta	Adequação à coesão	Adequação à coerência
T1	-	±	-	-
T2	±	±	±	±
T3	-	±	-	-
T4	+	+	±	±
T5	+	+	±	±
T6	±	±	-	-
T7	+	±	±	±
T8	-	-	-	-
T9	±	±	-	-
T10	-	±	-	-
T11	-	-	-	-
T12	±	±	-	-
T13	-	±	±	±
T14	-	±	-	-
T15	-	±	-	-
T16	±	±	±	±
T17	-	-	-	-
T18	-	-	-	-
T19	±	-	-	-
T20	-	-	-	-
T21	±	±	-	-
T22	±	±	-	-
T23	-	±	-	-

Figura 2 - Adequação aos aspectos semântico-pragmáticos.
Fonte: a própria autora.

produtor textual enumera os parágrafos como que fazendo referência ao número de citações da proposta:

(01) T8.GB.ComEsc⁴

1) um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com participação do seu leitor ou ouvinte de acordo com o MARCUSCHI (2008, pp.93-133). Na produção do texto, não entram apenas fenômenos estritamente lingüísticos.

2) O ato de fala "joga a mãe"! deveria ter funcionado como uma ofensa, e jogou uma galinha, supostamente a 'mãe do ovo'. Segundo o MARCUSCHI (2008, pp.93-133). A interpretação pode variar, a depender de ser feita por você.

3) Segundo o MARCUSCHI, para muitos, a coesão é o critério mais importante [...].

No segundo aspecto, o de adequação à proposta, percebe-se que a maioria dos estudantes construíram textos acerca da temática estabelecida – os critérios de textualidade –, porém não inseriram as cinco citações da referência textual conforme a normalização estudada, tal como no exemplo 2⁵ que segue:

2) O ato de fala "Joga a mãe"! deveria ter funcionado como uma ofensa, e jogou uma galinha, supostamente a 'mãe do ovo'. Segundo o MARCUSCHI (2008, pp.93-133). A interpretação pode variar, a depender de ser feita por você.

3) Segundo o MARCUSCHI, Para muitos, a coesão é o critério mais importante [...].

⁴ Legenda: T8=texto 8; GB=Guiné-Bissau; ComEsc=comentário escrito.

⁵ Transcrição *ipse litteris* de parte do texto 6:

(02) T6.GB.ComEsc

Os critérios de textualização aqui disposto em dois conjuntos, mais imbricados, os sete critérios são contextuais. Fora os critérios não tem todos o mesmo peso nem a mesma relevância. Além disso, não se distinguem de maneira clara como aparentam, e algumas são até mesmo redundante, a coesão é forma que vem uni partes de um elemento inteiro que é um texto ou a coesão é o aspecto físico do texto. Segundo Marcuschi (2008), a coesão não é nem necessária nem suficiente, ou seja sua presença não garante ou a sua ausência na textualidade não impede a textualidade. E a coerência trata de

Segundo Costa Val (1991, p. 2), no que diz respeito ao terceiro aspecto, a coesão é responsável pela unidade formal do texto, construindo-se por meio de mecanismos gramaticais (pronomes anafóricos, artigos, elipse, concordância, correlação entre tempos verbais, conjugações etc.) e lexicais (reiteração, substituição e associação); o que não se observa no exemplo 3⁶ seguinte⁷:

(03) T1.GB.ComEsc

A ideia dos sete critérios de textualidade que o Marcuschi focou e muito relevante.
No que diz respeito a coerência citada por Beaugrande (1980:19), o autor (Marcuschi) como um aspecto que abrange os conceitos e relações subtenuais, em um nível ideativo.
A coerência é responsável pelo sentido do texto, e envolvendo fatores lógicos-semânticos e cognitivos. Um texto é coerente quando [...] a coerência importante, permite perceber que um texto não existe em si mesmo, mas se constrói na relação entre o emissor-receptor e o mundo" (MARCUSCHI 2008, p. 119-125 nosso).
Os fatores que regem a coesão referencial (realizada por apontar mais bem ditos) e a coesão sequencial (realizada mais por elementos cognitivos) em especial no nível da contextualidade, gerando em te com he i das como coesão, formam

Os critérios da textualização aqui disposto em dois conjuntos, mais imbricados, os sete critérios são contextuais. Esses sete critérios não tem todos o mesmo peso nem a mesma relevância. Além disso, não se distinguem de maneira tao clara como aparentam, e algumas são até mesmo redundante, a coesão é forma que vem uni partes de um elemento inteiro que é um texto ou a coesão é o aspecto físico do texto. Segundo Marcuschi (2008), a coesão não é nem necessária nem suficiente, ou seja sua presença não garante ou a sua ausência na textualidade não impede a textualidade. E a coerência trata de [...].

⁶ Transcrição *ipse litieris* de parte do texto 1:
A ideia dos sete critérios de textualidade que o Marcuschi focou e muito relevante.
“No que diz respeito a coerência citada por Beaugrande (1980:19), o autor (Marcuschi) como um aspecto que assumem os conceitos e relações subtenuais, em um nível ideativo.
A coerência é responsável pelo sentido do texto, e envolvendo fatores lógicos-semânticos e cognitivos. Um texto é coerente quando [...] a coerência importante, permite perceber que um texto não existe em si mesmo, mas se constrói-se na relação entre o emissor-receptor e o mundo” (MARCUSCHI, 2008, p. 119-125 nosso).

⁷ Há um questionamento acerca de que o problema do texto pode estar mais relacionado a questões de domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, ou seja, falta de conhecimento da gramática da língua, o que não discutiremos nesse momento.

O quarto e último aspecto aqui delineado, diz respeito ao fator considerado fundamental para a textualidade, a coerência, porque é responsável pelo sentido do texto. É relevante lembrar que:

A coerência resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. [...] Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual – o mundo textual – e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso (COSTA VAL, 1991, p. 2).

Já no exemplo 4⁸, a seguir, detectamos incoerência no interior de cada parágrafo (incoerência interna nas relações interfrasais), ao mesmo tempo que percebemos uma quebra de sentido entre os parágrafos (incoerência externa nas relações interparagrafais):

(04) T6.GB.ComEsc

é o seguinte. O autor Marcuschi mostra uma série de critérios de referido citação.
"Para muitos, a coesão é o critério mais importante da textualidade. São dessa opinião, sobretudo, aqueles que não distinguem entre coesão e coerência" (C.F. detalhes em Marcuschi, 1983, p. 99).
A coesão é o critério mais importante da textualidade, e ela mostra o significado do texto, na configuração linguística mostra um conhecimento linguístico (cotextualidade) na textualização ele é o autor. Ele também dá conta da estruturação da sequência do texto, e constituem os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentidos, porém ele é chave ou ferramenta na construção de um significado do texto, e seu objetivo é de manter uma clareza de significado para leitor/ouvinte.

Dos quatro aspectos analisados, a coesão e a coerência são os aspectos semântico-pragmáticos que mais prejudicaram o processo de intercompreensão. Além de que também se percebeu que nenhum dos estudantes produziu um texto adequadamente coeso e coerente. Assim como, em apenas 6 dos comentários a adequação ao uso da coesão e da coerência ocorreu de forma mediana (\pm).

⁸ Transcrição *ipse litteris* de parte do texto 6:

O meu comentário acerca desse sete critérios citados no texto é o seguinte. O autor Marcuschi mostra uma série de critério ao referido citação.

"Para muitos, a coesão é o critério mais importante da ttxtualidade. São dessa opinião, Sobretudo, aqueles que não distinguem entre coesão e coerência" (C.F. detalhes em Marcuschi, 1983, P.99)".

A coesão é o critério mais importante da textualidade, e ela mostra o significado do texto, na configuração linguística mostra um conhecimento linguístico (cotextualidade) na textualização ele é o autor. Ele também dá conta da estruturação da sequência do texto, e constituem os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentidos, porém ele é chave ou feramenta na construção de um significado do texto, e seu objetivo é de manter uma clareza de significado para leitor/ouvinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica patente na análise empreendida que o nível dos produtores textuais não se coaduna com o esperado para recém-ingressos na vida acadêmica.

Inferese também que a compreensão necessária para a efetivação da construção textual do comentário solicitado não foi suficiente porque os alunos não assimilaram corretamente o conhecimento mediado nas aulas por causa de um processo de intercompreensão deficiente no uso da língua portuguesa, ocasionado pelo ensino em seu país. Assim, chegam ao Brasil com baixo nível de proficiência e não conseguem entender o que o professor fala em sala de aula e não interagem com o conhecimento veiculado.

Isso mostra que a política linguística para o desenvolvimento efetivo do uso do português deve ser (re)pensada e promovida com ações e materiais didático-pedagógicos que estimulem sua valorização, com vista a um adequado aproveitamento do projeto de difusão da oficialidade da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira. *Diretrizes gerais*. Redenção: UNILAB, 2010.
- CABRAL, Amílcar. A questão da língua. *Papia*, Brasília, v. 1, n. 1, 1990. Disponível em: <<http://abecs.dominiotemporario.com/ojs/index.php/papia/article/view/188/300>>. Acesso em: 11 jun. 2013.
- CAHEN, Michel. Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas. *Plural Pluriel: revue des cultures de langue portugaise*, n. 7, 2010. Disponível em: <<http://www.pluralpluriel.org>>. Acesso em: 12. nov. 2015.
- CALVET, Jean-Louis. *Políticas Linguísticas*. Bagno. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.
- CANDÉ, Fátima. *A Língua portuguesa na formação de professores do ensino básico da região de Bafatá, na Guiné-Bissau*. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Português) Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=118&Itemid=69>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. *A evidencialidade nos textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo*. Fortaleza: EDUFC, 2011.
- _____. As Funções sociais e as políticas de difusão do português no Timor-Leste. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 27., 2014. *Anais...* João Pessoa: Ideia, 2014.
- COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/cristala/materiais/TEXTO_E_TEXTUALIDADE.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia*, Brasília, v. 20, 2010. Disponível em: <<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/341/362>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Nota editorial. *Papia*, Brasília, v. 1, n. 1, 1990. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1910/1723>>. Acesso em: 07 jan. 2015

DJALÓ, Ibrahima. Contribuição para uma reflexão: educação, multilinguismo e unidade nacional. *Soronda*, Bissau, n. 3, 1987. Disponível em: <<http://www.inep-bissau.org/LinkClick.aspx?fileticket=d%2b3VCckkET8%3d&tabid=61&mid=393>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

EMBALÓ, Filomena. *O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional*. *Papia*, São Paulo, v. 18, p. 101-107, 2008. Disponível em: <<http://abecs.dominotemporario.com/ojs/index.php/papia/article/view/62/56>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

INTUMBO, Incanha. *Situação sociolinguística da Guiné-Bissau*, 2008. Disponível em: <http://www.didinho.org/SIT_LING_GB_Incanha.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Papiamentu, Guiné-Bissau Creole Portuguese, and its substrate, Balanta: a comparison of the noun phrase. In: CONGRESSO CRIoulos DE BASE LEXICAL PORTUGUESA E ESPANHOLA, 2004, Curaçao. *Anais...* Antilhas Holandesas, 2004.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. A Produção escrita de gêneros discursivos em sala de aula: aspectos teóricos e sequência didática. In: *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15, v. 3, p. 223-245, dez. 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATEUS, Maria Helena Mira. Uma política de língua para o Português. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 25., 2009, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/politica_lingua.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Prefácio. In: CALVET, Jean-Louis. *Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.

ORLANDI, Eni. Processo de descolonização linguística e “lusofonia”. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 19, 2007.

PEIXOTO, Camila Maria Marques; CARIUCA, Cláudia Ramos. As Representações linguísticas dos acadêmicos guineenses: uma reflexão sobre o estatuto da língua portuguesa fundamentada no corpus do PROFALA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA, 2., 2012, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 2012, pp. 438-450.

SOARES, Maria Elias, PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira, INDURSKY, Freda. Requerimento dos linguistas ao Senado da República. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

SWALES, John. M. Sobre modelos de análise do discurso. In: BIASI-RODRIGUES, Bernadete; ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. (Orgs.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-46.



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 - fundos, Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 - Fortaleza - Ceará

imprensa.ufc@pradm.ufc.br